

## **PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO MÉDICOS Nº 377/2020**

Pelo presente instrumento particular, o **INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA E SAÚDE – INTS**, Organização Social referência na vertical de saúde pública brasileira, detentora do Contrato de Gestão nº 036/2019 – SES, celebrado com o Estado de Goiás, inscrita no CNPJ nº 11.344.038/0015-01, com endereço na Av. Deputado Jamel Cecílio, nº 2929, Quadra B-27, Edifício Brookfield, Sala 606, Jardim Goiás, Goiânia, Goiás, CEP 74.810-100, neste ato representado por seu Presidente, o Sr. **Emanoel Marcelino Barros Sousa**, inscrito sob o CPF nº 178.205.295-04 e portador da cédula de identidade RG nº 107300958, residente e domiciliado na cidade de Salvador, Bahia, doravante denominado **CONTRATANTE** e, de outro lado, **MEDIAL BRASIL S.A.**, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob nº 27.229.900/0001-61, com sede na Avenida Olinda, nº 960, Sala 2310, Edif. Trade Tower Lot Park Lozandes Goiânia, Goiás, CEP 74.884-120, denominada simplesmente **CONTRATADA**, neste ato representado por sócio, o Sr. **Hilton Rinaldo Salles Piccelli**, brasileiro, casado, administrador, portador da Carteira de Identidade Profissional nº 10473 CRM/GO, portador do RG nº 6251879 SSP/GO, inscrito no CPF nº 914.310.420-72, residente e domiciliado na Rua 55, nº 180, Apart. 304, Jardim Goiás, Goiânia/GO, CEP 74810-230, ao final assinado na presença de duas testemunhas, têm justo e contratado nos termos e estipulações das normas jurídicas incidentes neste instrumento, que mutuamente outorgam e aceitam, de acordo com as cláusulas e condições a seguir:

### **DO CONTRATO ORIGINAL**

As partes celebraram em 29 de julho de 2020, o Contrato de Prestação de Serviços Médicos nº 377/2020, tendo como objeto a contratação de empresa especializada na prestação de serviços médicos no setor de Urgência e Emergência (atendimento a urgência e emergência, cirurgias eletivas, apoio interdisciplinar, ensino e pesquisa e coordenação médica) em atendimento ao Hospital de Urgências de Goiânia, Dr. Valdemiro Cruz - Hugo.

### **CLÁUSULA PRIMEIRA – DA SUPRESSÃO DOS SERVIÇOS**

Resolvem as partes, a partir da assinatura do presente Termo Aditivo, suprimir do objeto deste Contrato de Prestação de Serviços Médicos os seguintes serviços:

- Serviço de 1 (um) Médico Cirurgião (item 1 da tabela I);
- Serviço de Coordenador Médico Cirurgião Geral (Item 5 da tabela I) e;
- Serviço de Médico Pediatra (Item 3 da tabela III).

### **CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR CONTRATUAL**

Em função da readequação do valor referente ao Contrato de Prestação de Serviços nº 377/2020, resolvem as partes, a partir de 01 de janeiro de 2021, reajustar o valor do Contrato de R\$ 979.549,80 (novecentos e setenta e nove mil, quinhentos e quarenta e nove reais e oitenta centavos), passando ao importe de R\$ 851.479,74 (oitocentos e cinquenta e um mil, quatrocentos e setenta e nove reais e setenta e quatro centavos).



### CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO DAS DEMAIS CLÁUSULAS DO CONTRATO ORIGINAL

Ficam intactas todas as demais cláusulas e condições do instrumento particular não mencionadas no contrato.

E por estarem assim justos e contratados, firmam o presente termo em 2 (duas) vias de igual teor e forma, tudo na presença das testemunhas abaixo.

Goiânia/GO, 01 de janeiro de 2021.

Assinado digitalmente por:  
EMANOEL MARCELINO BARROS SOUSA  
CPF: 178.205.295-04  
Data: 24/12/2020 12:32:44 +00:00



**INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA E SAÚDE**

HILTON RINALDO SALLES  
PICCELLI:43148158172

Assinado de forma digital por HILTON  
RINALDO SALLES PICCELLI:43148158172  
Dados: 2020.12.30 10:00:07 -03'00'

**MEDIAL BRASIL S.A**

### TESTEMUNHAS:

\_\_\_\_\_  
NOME  
CPF

\_\_\_\_\_  
NOME  
CPF



## MANIFESTO DE ASSINATURAS



Código de validação: Z4B6X-SU7NA-QG4DN-D98KJ

Esse documento foi assinado pelos seguintes signatários nas datas indicadas (Fuso horário de Brasília):

✓ EMANOEL MARCELINO BARROS SOUSA (CPF 178.205.295-04) em  
24/12/2020 09:32

Para verificar as assinaturas acesse <https://signer-easydoc.azurewebsites.net/validate> e informe o código de validação ou siga o link a

<https://signer-easydoc.azurewebsites.net/validate/Z4B6X-SU7NA-QG4DN-D98KJ>



De: Joab da Silva Souza  
Coordenador Administrativo

Para: Jurídico

**Assunto: Solicitação de 1º Aditivo de contrato**  
**Fornecedor: Mediall Brasil S.A**  
**CNPJ: 27.229.900/0001-61**

Vimos, por meio deste, solicitar a elaboração do 1º Termo Aditivo com vigência a partir de 01/01/2021 referente ao CTR 377/2020, firmado entre a Mediall Brasil S.A e o INTS – Instituto Nacional de Tecnologia e Saúde, que constitui a contratação de empresa especializada para prestação dos serviços médicos no setor de Urgência e Emergência (Atendimento à Urgência e Emergência, Cirurgias eletivas, Apoio Interdisciplinar, ensino e pesquisa e coordenação médica) para atender as necessidades do Hospital de Urgências de Goiânia – HUGO.

A presente solicitação de aditivo é devido a supressão de alguns serviços que após análise da Diretoria Técnica da Unidade se faz necessário para redução de custos.

**Segue abaixo os serviços que serão retirados do contrato.**

Serviço de 1 Médico Cirurgião (Item 1 da tabela I)

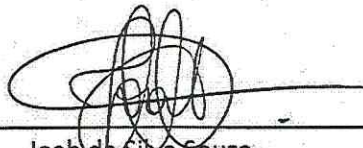
Serviço de Coordenador Médico Cirurgião Geral (Item 5 da tabela I)

Serviço de Médico Pediatra (Item 3 da tabela II)

Sendo assim, diante essas alterações o valor total do contrato será de R\$ 851.479,74 (oitocentos e cinquenta e um mil quatrocentos e setenta e nove reais e setenta e quatro centavos)

Goiânia, 26 de Novembro de 2020

Atenciosamente,



Joab da Silva Souza  
Coordenador Administrativo



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**Secretaria da Receita Federal do Brasil**  
**Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional**

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA  
ATIVA DA UNIÃO**

**Nome: MEDIAL BRASIL S.A.**  
**CNPJ: 27.229.900/0001-61**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.  
Emitida às 11:06:38 do dia 08/10/2020 <hora e data de Brasília>.  
Válida até 06/04/2021.  
Código de controle da certidão: **49CB.7CDC.91BB.E100**  
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



ESTADO DE GOIAS  
SECRETARIA DE ESTADO DA ECONOMIA  
SUPERINTENDENCIA EXECUTIVA DA RECEITA  
SUPERINTENDENCIA DE RECUPERACAO DE CREDITOS

CERTIDAO DE DEBITO INSCRITO EM DIVIDA ATIVA - NEGATIVA

NR. CERTIDÃO: Nº 26081174

IDENTIFICAÇÃO:

NOME:

VALIDA PARA O CNPJ INFORMADO NESTE DOCUMENTO

CNPJ

27.229.900/0001-61

DESPACHO (Certidao valida para a matriz e suas filiais):

NAO CONSTA DEBITO

.....  
.....  
.....  
.....  
.....  
.....  
.....  
.....  
.....

FUNDAMENTO LEGAL:

Esta certidao e expedida nos termos do Paragrafo 2 do artigo 1, combinado com a alinea 'b' do inciso II do artigo 2, ambos da IN nr. 405/1999-GSF, de 16 de dezembro de 1999, alterada pela IN nr. 828/2006-GSF, de 13 de novembro de 2006 e constitui documento habil para comprovar a regularidade fiscal perante a Fazenda Publica Estadual, nos termos do inciso III do artigo 29 da Lei nr.8.666 de 21 de junho de 1993.

SEGURANÇA:

Certidao VALIDA POR 60 DIAS.

A autenticidade pode ser verificada pela INTERNET, no endereco:

<http://www.sefaz.go.gov.br>.

Fica ressalvado o direito de a Fazenda Publica Estadual inscrever na divida ativa e COBRAR EVENTUAIS DEBITOS QUE VIEREM A SER APURADOS.

VALIDADOR: 5.555.535.583.555

EMITIDA VIA INTERNET

SGTI-SEFAZ:

LOCAL E DATA: GOIANIA, 26 NOVEMBRO DE 2020

HORA: 10:18:58:4





**PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIÂNIA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS**

**CERTIDÃO CONJUNTA DE REGULARIDADE FISCAL  
NEGATIVA DE DÉBITOS DE QUALQUER NATUREZA PESSOA JURÍDICA  
NÚMERO DA CERTIDÃO: 6.690.745-4**

Prazo de Validade: até 25/12/2020

CNPJ: 27.229.900/0001-61

Certifica-se que até a presente data **NÃO CONSTA DÉBITO VENCIDO OU A VENCER** referente a débitos de qualquer natureza administrados pela Prefeitura Municipal de Goiânia para este CNPJ, nos termos do artigo 203 da Lei Municipal nº 5.040/1975 (C.T.M), atualizado e do artigo 89, inciso I e seus parágrafos 2º e 7º do Decreto nº 1.786/2015 (RCTM).

Esta CERTIDÃO abrange as informações de dívidas de natureza tributária imobiliária, de natureza tributária mobiliária ou de natureza não tributária.

A CERTIDÃO ora fornecida não exclui o direito da Fazenda Pública Municipal cobrar, em qualquer tempo, os débitos que venham a ser apurados pela autoridade administrativa, nos termos do artigo 204, parágrafo 1º da Lei Municipal nº 5.040/1975 (C.T.M.), atualizado.

A validade desta Certidão é estabelecida no artigo 92, parágrafo 1º do Decreto nº 1.786/2015 (RCTM).

GOIANIA(GO), 26 DE NOVEMBRO DE 2020

ESTA CERTIDÃO É GRATUITA E EMITIDA ELETRONICAMENTE, E DEVERÁ SER VALIDADA PARA CONFIRMAÇÃO DA SUA AUTENTICIDADE, NO ENDEREÇO ELETRÔNICO [www.goiania.go.gov.br](http://www.goiania.go.gov.br). QUALQUER RASURA OU EMENDA INVALIDARÁ ESTE DOCUMENTO.

[Voltar](#)[Imprimir](#)

### **Certificado de Regularidade do FGTS - CRF**

**Inscrição:** 27.229.900/0001-61

**Razão Social:** MEDIAL BRASIL S A

**Endereço:** R 86-E 98 Q F21 L 10 / SETOR SUL / GOIANIA / GO / 74083-380

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

**Validade:** 23/11/2020 a 22/12/2020

**Certificação Número:** 2020112301421558352067

Informação obtida em 26/11/2020 10:19:55

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:  
**[www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)**





PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO

## **CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS**

Nome: MEDIALL BRASIL S.A. (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 27.229.900/0001-61

Certidão nº: 31341128/2020

Expedição: 26/11/2020, às 10:20:28

Validade: 24/05/2021 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **MEDIALL BRASIL S.A. (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **27.229.900/0001-61**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

### **INFORMAÇÃO IMPORTANTE**

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.